

# RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA A HABILITAÇÃO DE LICITANTE

---

À

Comissão de Licitação – CODEVASF  
Pregão Eletrônico SRP nº 90005/2025

A empresa CVC CONSTRUTORA VALE DO CUNHÃS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 13.070.801/0001-75, com sede na Rua Rio Branco, nº 1579, Bairro Daiara, CEP 77814-864, Município de Araguaína/TO, neste ato representada por seu sócio Sr. ALEXANDRE OLIVEIRA SANTANA, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 008.969.974-21, vem, com fundamento no art. 165 da Lei nº 14.133/2021 e nas cláusulas do Edital em referência, apresentar o presente:

## RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a habilitação da empresa CONSTRUTORA ALJA LTDA, inscrita no CNPJ nº 25.050.261/0001-47, nos termos a seguir:

### I – DOS FATOS

O item 9.2 do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90005/2025 exige, como condição de habilitação, a comprovação de patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% do valor orçado pela CODEVASF, o qual é de R\$ 104.786.995,79, perfazendo, portanto, um valor mínimo de R\$ 10.478.699,58.

A empresa habilitada apresentou patrimônio líquido de R\$ 10.583.245,15, valor que, embora numericamente superior ao mínimo exigido, não reflete capacidade financeira real e disponível para suportar integralmente as obrigações do presente certame, considerando que já existem contratos firmados pela empresa em curso, com elevado valor financeiro.

Dentre eles, destaca-se o Contrato nº 050/2025, celebrado entre a empresa e a Prefeitura de Palmas/TO, com valor global de R\$ 21.362.160,73, conforme cópia anexa. Tal contrato encontra-se vigente e em execução, implicando significativa utilização de recursos humanos, materiais e financeiros da empresa.

Esse fato compromete a disponibilidade do patrimônio líquido declarado, razão pela qual a empresa não pode ser considerada plenamente habilitada, pois já possui compromissos contratuais substanciais com outros entes públicos.

## II – DO DIREITO

A exigência de patrimônio líquido mínimo tem como finalidade garantir que a empresa possua capacidade econômico-financeira efetiva e compatível com o objeto da contratação, conforme os princípios da seleção da proposta mais vantajosa e da isonomia.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Acórdão nº 934/2024 – Plenário, reforça a possibilidade de a Administração exigir patrimônio líquido mínimo, desde que previsto em edital, e ainda estabelece que a análise da qualificação econômico-financeira deve levar em conta o contexto real da empresa, inclusive contratos vigentes, para evitar habilitação ficta baseada apenas em números contábeis não disponíveis de fato.

"A simples comprovação do patrimônio líquido mínimo exigido em edital não é suficiente se o valor apresentado estiver comprometido com obrigações contratuais em curso. A Administração deve zelar por aferição objetiva da capacidade de execução simultânea de contratos." (TCU – Acórdão nº 934/2024 – Plenário)

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 69, § 3º, prevê expressamente a possibilidade de exigência de informações sobre compromissos assumidos, inclusive quanto à capacidade financeira residual da empresa.

## III – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

1. O recebimento e conhecimento do presente recurso;
2. A realização de diligência administrativa para verificação da real capacidade econômico-financeira da empresa habilitada;
3. Caso não comprovada a disponibilidade efetiva do patrimônio líquido, que seja revogada a decisão de habilitação da CONSTRUTORA ALJA LTDA, em observância ao princípio da legalidade e ao interesse público.

Araguaína/TO, 31 de Dezembro de 2025

**ALEXANDRE  
OLIVEIRA  
SANTANA:008  
96997421**

Assinado de forma  
digital por ALEXANDRE  
OLIVEIRA  
SANTANA:00896997421  
Dados: 2025.12.31  
15:22:49 -03'00'

ALEXANDRE OLIVEIRA SANTANA  
Sócio  
CVC CONSTRUTORA VALE DO CUNHÃS LTDA  
CNPJ nº 13.070.801/0001-75

**TERMO DE CONTRATO Nº 059/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PALMAS/TO, POR INTERMÉDIO DA CONTRATANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO, E A EMPRESA CONSTRUTORA ALJA LTDA, ORIUNDO DA CONCORRÊNCIA Nº 03/2025.**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PALMAS/TO**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO**, com sede na ASR-SE 105 Sul (antiga 1.012) Sul, Marginal TO-050, Plano Diretor Sul, CEP: 77.023-654, inscrita no CNPJ sob o nº 24.851.511/0013-19, neste ato representada por seu gestor o **Sr. Paulo Cezar Monteiro da Silva**, nomeado pela ATO Nº 1.258 - NM. de 14 de outubro de 2025, publicada no DOM de Palmas Nº 3.816, portador da Matrícula Funcional nº 159041, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa **CONSTRUTORA ALJA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **25.050.261/0001-47**, com sede RSO 22, Alameda 23, s/n, Lote 03, QI 09, Sala 01, Plano Diretor Sul Palmas –TO., CEP: 77.015-269, neste ato representada, por **Ronaldo Alves Japiassú Filho**, brasileiro, natural de Porto Nacional - TO, solteiro, Engenheiro Civil, portador do CPF n.º 013.856.201-61, CREA/TO sob n.º 322332/AP-TO, têm entre si, justo e avençado o presente, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; bem como a instrução do processo administrativo **NUP: 00000.0.068698/2024**, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1** O presente Instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução da obra de drenagem pluvial, terraplanagem, pavimentação, sinalização viária, no Setor Jardim Aurenny III e Loteamento Machado, no Município de Palmas, conforme especificações e condições constantes do edital de licitação e anexos, além das as especificações abaixo:

EMPRESA: CONSTRUTORA ALJA			CNPJ: 25.050.261/0001-47	
Item	Qtde	Descrição	Valor Un R\$	Valor Total R\$
001	01	EXECUÇÃO DA OBRA DE DRENAGEM PLUVIAL, TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO VIÁRIA, NO SETOR JARDIM AURENYY III E LOTEAMENTO MACHADO, NO MUNICÍPIO DE PALMAS	21.362.160,73	21.362.160,73
				<b>Valor total: R\$21.362.160,73</b>

**1.2.** A contratação citada na subcláusula 1.1 obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como as especificações técnicas, forma de realização dos serviços, no regime de **execução de**

**empreitada por preço unitário** e as disposições constantes do Processo Administrativo **00000.0.068698/2024** do CONTRATANTE, que independentemente de transcrição, são parte integrante e complementar deste.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO, LOCAL DE REALIZAÇÃO E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE**

**2.1.** A CONTRATADA deverá observar durante a vigência deste Contrato as condições e prazos de execução estabelecidos no Termo de Referência – ANEXO II do Edital.

**2.2.** A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo CONTRATANTE, com especial observância dos termos do instrumento da Licitação deste contrato, seus anexos e modelos.

**2.3.** A execução dos serviços deve ser realizada no Município de Palmas/TO, de acordo com o Termo de Referência, Planilha Orçamentária, Composições de custos e Cronograma Físico-financeiro, os quais integram o presente contrato, independente de transcrição, bem como a confirmação dos serviços será autorizada por meio de Ordem de Serviço expedido pela Contratante à Contratada.

### **2.4. Constituem obrigações da CONTRATADA:**

**2.4.1.** A Contratada deverá disponibilizar, permanentemente na obra, profissional habilitado e registrado no CREA/CAU com habilitação de engenheiro civil e/ou arquiteto que possua conhecimento necessário para a execução dos serviços relacionados na planilha orçamentária, ou seja, o detentor do atestado técnico apresentado pela empresa. À empresa poderá apresentar outro profissional desde que passe pelo crivo da fiscalização e este apresente atestado técnico compatível com o exigido no processo licitatório.

**2.4.2.** A Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, resultantes da execução desta Licitação. Proponente vencedor será responsável pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração, bem como a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

**2.4.3.** A Contratada reconhece ao Município de Palmas/TO o direito de, a critério deste, descontar dos pagamentos devidos o valor de multas e demais sanções pecuniárias previstas na Licitação.

**2.4.4.** A Contratada não poderá sem anuência do Município de Palmas - TO, modificar quaisquer especificações deste Termo.

**2.4.5.** Registrar este Termo de Contrato junto ao CREA-TO/CAU-TO.

**2.4.6.** Elaborar a ART OU RRT referente à obra conforme especificado e aprovado pela fiscalização.



**2.4.7.** Manter na obra e preencher diariamente o diário de obra que acompanhará o relatório de medição.

**2.4.8.** Apresentar o “as built”.

**2.4.9.** A Contratada é obrigada a permitir e facilitar a fiscalização ou supervisão pelo Município de Palmas-TO, da execução do serviço, em qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a execução do objeto no todo ou em parte.

**2.4.10.** Notificar ao Município a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a execução do objeto no todo ou em parte.

**2.4.11.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas o objeto desta Licitação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

**2.4.12.** Seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em lei, bem como diligenciar para que os serviços estejam em perfeitas condições, não podendo conter quaisquer vícios.

**2.4.13.** Responsabilizar-se pelos encargos sociais e trabalhistas, fiscais, alimentação, uniformes, EPI, ferramentas, máquinas e equipamentos resultantes da execução do contrato, bem como qualquer manutenção aos seus empregados.

**2.4.14.** Quando em serviço, nas instalações do EMPREENDIMENTO, manter o pessoal da empresa devidamente uniformizado ou com crachá de identificação, e em completas condições de postura e com proteção de segurança individual e coletiva;

**2.4.15.** Responder pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

**2.4.16.** Somente poderá dar início aos serviços decorrentes da prestação de serviços, com o número indispensável de funcionários e equipamentos, necessários para execução do objeto do contrato ou da Ordem de Serviços,

**2.4.17.** Dada à ordem de serviços o Município solicitará a disposição do Pessoal e Equipamentos, conforme a necessidade do cumprimento do Cronograma Físico-financeiro.

**2.4.18.** Manter estrutura funcional suficiente, em número de funcionários com habilitação específica e qualificação profissional para o serviço.

**2.4.19.** Afastar, dentro de 24 (vinte quatro) horas, qualquer de seus funcionários cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente pela fiscalização, correndo por conta única e exclusiva da licitante vencedora quaisquer ônus legais que de tal fato possa decorrer. Aqueles eventualmente afastados deverão ser imediatamente substituídos por outros, de qualificação profissional idêntica.

**2.4.20.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**2.4.21.** A prestadora dos serviços se obriga a substituir equipamentos que apresentar defeito ou possa promover acidente, consertando-o no próprio local, quando possível, ou então substituí-lo no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

## **2.5. Constituem obrigações da CONTRATANTE:**

**2.5.1.** Prestar as informações e os esclarecimentos necessários para os serviços que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

**2.5.2.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto para que seja substituído, reparado ou corrigido, bem como notificá-la, formal e tempestivamente, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

**2.5.3.** Exercer a fiscalização e supervisão dos serviços, por servidores designados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas.

**2.5.4.** Comunicar, oficialmente, a CONTRATADA, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, notificando sobre imperfeições, multas, penalidades, falhas ou irregularidades constantes no objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

**2.5.5.** Interromper a execução do objeto que esteja em desacordo com as especificações e demais exigências previstas neste Termo;

**2.4.5.** Receber e atestar o objeto, mesmo que parcial, no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

**2.5.6.** O objeto deste Termo será recebido por servidor da secretaria e/ou comissão designada na forma da Lei e decretos regulamentares, anotando em registro próprio todas as ocorrências que por ventura ocorrerem e determinar o que for necessário à regularização das faltas/defeitos observados, nos prazos e nas condições estabelecidos neste termo;

**2.5.7.** Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos junto a CONTRATADA para o cumprimento do contrato;

**2.5.8.** Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de descumprimento das cláusulas definidas no edital, contrato e legislação em vigor.

**2.6** O modelo de gestão do contrato consta no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, PREÇOS, MEDIÇÕES E PAGAMENTOS**

- 3.1.** Ao final de cada período o servidor e/ou comissão designados efetuará a medição de serviços executados elaborado o Boletim de Medição para pagamento;
- 3.2.** Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade;
- 3.3.** Se a contratada vier a adiantar a execução dos serviços, em relação à previsão original constante no Cronograma Físico-Financeiro, poderá apresentar a medição prévia correspondente, ficando a cargo da CONTRATANTE aprovar a quitação antecipada do valor respectivo, desde que não fique constado atraso na execução dos serviços entendidos como críticos;
- 3.4.** A CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela CONTRATADA, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados;
- 3.5.** Serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a CONTRATADA regularizar o cronograma na etapa subsequente no caso de etapas não concluídas.
- 3.6.** A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados;
- 3.7.** O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, a contar da data de certificação da nota fiscal/fatura/recibo pelo fiscal da contratação;
- 3.8.** Será feito o repasse do valor correspondente a 1% (um por cento) dos pagamentos realizados pelo Município de Palmas, ao Fundo de Inovação e Desenvolvimento Econômico de Palmas – FIDEP, na forma do inc. VIII, do art. 18, da Lei Municipal nº 2.675/2022.
- 3.8.1.** O parágrafo anterior só se aplicará aos pagamentos que ocorrerem com fontes de RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS, excluindo-se a obrigatoriedade para as demais fontes de recursos.
- 3.9.** A Nota fiscal/fatura dos serviços realizados deverá discriminar os valores referentes à mão de obra separadamente dos demais valores, para fins de conferência do recolhimento previdenciário (GPS) e do imposto municipal.
- 3.10.** Ficará expressamente estabelecido que os preços contratados incluirão todos os custos diretos e indiretos para completa execução dos serviços.
- 3.11.** Quando notificado antes da efetiva conclusão do objeto a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições de sua proposta para as supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) e também para os acréscimos do valor contratual, conforme previsto na Lei 14.133/2021, mediante justificativa técnica por parte do ordenador da despesa.



**3.12.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

I = (TX)

I = (6/100)

I = (índice apurado)

365

TX = Percentual da taxa anual = (calculada pela última

variação vigente).

**3.13.** Os preços ofertados e adjudicados serão considerados fixos e irrevogáveis pelo período de um ano e, quando for o caso, serão reajustados anualmente para mais ou para menos, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, pelo índice da Fundação Getúlio Vargas relativo a OBRAS RODOVIÁRIAS ou outro índice que venha a substituí-lo. Os índices de reajuste apurado terão como teto máximo a variação do preço SINAPI. A fórmula de reajuste a ser aplicada será a seguinte:

$$R = [(Im - Io) / Io] \times P, \text{ onde:}$$

R = valor do reajustamento procurado;

Im = índice relativo ao da data do adimplemento da obrigação;

Io = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondentes à data fixada para entrega da proposta da licitação;

P = preço unitário contratado. Para fins de contagem do prazo para reajuste anual, não serão computados os atrasos nos serviços por responsabilidade da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO/ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

**4.1.** Ao concluir os serviços, a contratada deverá comunicar o fato por escrito à CONTRATANTE, para seu recebimento provisório.



**4.2.** Caso não tenham sido atendidas as condições contratuais e técnicas na execução dos serviços, será lavrado o Termo de Recusa, onde serão apontadas as falhas e irregularidades constatadas.

**4.3.** Todos os serviços em desacordo com as especificações técnicas, assim como falhas e vícios verificados no ato do recebimento, deverão ser refeitos pela CONTRATADA sem ônus para a Prefeitura.

**4.4.** Nestes casos, o preço será determinado pelo Município, e inobservância da obrigatoriedade de correção implicará na aplicação das penalidades cabíveis.

**4.5.** Sanadas as falhas e irregularidade apontadas no Termo de Recusa, a CONTRATADA efetuará novamente a comunicação de que trata o item 4.1.

**4.6.** Aprovadas as condições técnicas dos serviços, o Município fará o seu recebimento provisório.

**4.7.** Os serviços serão recebidos, provisoriamente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação escrita da CONTRATADA após a conclusão dos mesmos. Serão recebidos definitivamente no prazo máximo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório.

**4.8.** Verificadas quaisquer irregularidades, vícios ou falhas nos serviços, serão observadas as disposições do item 4.2 e seguintes.

**4.9.** A assinatura do Termo de Recebimento Definitivo não implica em eximir a contratada das responsabilidades e obrigações a que se refere o Código Civil Brasileiro.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**5.1.** No ato da assinatura do contrato, deverá o contratado apresentar garantia de execução na forma de caução, no montante de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

**5.2.** Observadas as orientações contidas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a garantia mencionada no item anterior poderá ser efetuada mediante:

a) **Títulos da dívida pública**, os quais não poderão estar onerados por cláusula de impenhorabilidade e intransferibilidade, e deverão ser do tipo nominativo endossável;

b) **Em espécie**, perante a Tesouraria da Secretaria de Finanças;

c) **Carta de fiança bancária**;

d) **Seguro-garantia** em apólice nominal ao Município de Palmas.

**5.3.** Os Títulos da Dívida Pública somente serão aceitos se a proponente apresentar prova de que o mesmo foi escriturado no Sistema Centralizado de Liquidação e Custódia - SELIC, e seu valor

econômico será aquele certificado pelo Ministério da Fazenda, conforme art. 61 da Lei Complementar 101/2000.

**5.4.** No caso de Fiança Bancária, esta deverá ser, a critério do contratado, fornecida por um banco localizado no Brasil.

**5.5.** No caso da opção pelo Seguro-Garantia, o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País, e em nome da contratante, cobrindo o risco de quebra do contrato.

**5.6.** Em qualquer caso, a garantia deverá ter um prazo suficiente para a execução da obra, sendo que a contratada deverá estar sempre atenta à data de seu vencimento para a renovação tempestiva.

**5.7.** A garantia prestada pela proponente vencedora será restituída ou liberada em até 10 (dez) dias consecutivos após a conclusão final dos serviços, objeto deste Edital, mediante a apresentação do termo de recebimento definitivo.

**5.8.** O resgate de caução de garantia de execução do contrato, ou o valor que dela restar, dar-se-á mediante a apresentação do termo de recebimento definitivo do objeto licitado, fornecido pela CONTRATANTE, observadas as disposições contratuais.

**5.9.** Ao término da obra, a Contratada deverá elaborar e entregar ao fiscal do contrato e da obra um MANUAL DE MANUTENÇÃO especificando como deverá proceder ao uso e aos critérios de manutenção dos equipamentos. No caso da contratada não apresentar o Manual, faculta ao contratante resolver as pendências que porventura surgirem, de qualquer natureza, no prazo que faculta o art. 618 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6.1.** A despesa com a execução do objeto deste Contrato correrá à conta da Dotação Orçamentária consignada:

<b>Funcional Programática</b>	<b>Natureza Despesa</b>	<b>Fonte de Recursos</b>	<b>Ficha</b>	<b>Valor (R\$)</b>
15.451.5000-2734	44.90.51	1.500.0000.900.000	20250921	21.362.160,73
		1.500.0000.900.102	20250921	
		1.754.0000.000.217	20250923	

**6.2.** 6.2. As despesas inerentes à execução deste Contrato serão liquidadas através da Nota de Empenho nº 27906, emitida em 15 de outubro de 2025 à conta da dotação orçamentária especificada nesta cláusula.

**6.3.** A CONTRATADA emitirá Nota Fiscal em observância à unidade gestora emissora da nota de empenho que albergou os serviços.

### **CLÁUSULA SETIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**7.1.** O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, garantida a prévia defesa, ficando a Contratada sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/21 com as alterações posteriores, de acordo com o Decreto Municipal nº 2.400/2023, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

**7.1.1** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

- a) Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não manter a proposta.
- g) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- h) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- i) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- j) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- k) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



**7.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- c) multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- e) impedimento de licitar e contratar com o Município de Palmas pelo prazo de até três anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

**7.3.** Também ficam sujeitas às penalidades dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**7.4** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente em outras normas vigentes, em especial, o Decreto Municipal nº 2.400/2023.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**8.1.** O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, ou bilateralmente, mas sempre atendida a conveniência administrativa no interesse do Serviço Público.

**8.2.** Os motivos para rescisão do contrato são os enumerados no artigo 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**8.3.** Também caberá a rescisão do contrato, mediante processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, quando a CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, os serviços, sem prévia autorização do CONTRATANTE.

**8.4.** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com a aplicação das penalidades previstas neste contrato e o reconhecimento dos direitos da Administração em assumir integralmente o local da realização dos serviços.

**8.5.** Em qualquer hipótese de rescisão, à CONTRATADA caberá receber o valor dos serviços executados, mais o valor das medições efetuadas para cumprimento do Contrato, proporcionalmente aos serviços realizados até a data da dissolução do contrato.

**8.6.** Ocorrendo rescisão por qualquer motivo, a CONTRATADA responderá se for o caso, por perdas e danos, cobrados administrativamente ou judicialmente.

**8.7.** Em caso algum, o CONTRATANTE pagará indenização à CONTRATADA por encargos resultantes da Legislação Trabalhista e da Previdência Social, oriundo do Contrato entre a mesma e seus empregados.

#### **CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO**

**9.1.** O presente Contrato fica vinculado ao processo administrativo nº 00000.0.068698/2024.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO E CASOS OMISSOS**

**10.1.** O presente instrumento, inclusive os casos omissos, regula-se pela Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**11.1.** O prazo de vigência contratual será de **18 (dezoito) meses**, contados a partir da data da assinatura do contrato.

**11.2.** Os serviços contratados deverão ser concluídos dentro do prazo determinado no Cronograma Físico-financeiro, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços.

**11.3.** O contrato poderá ser prorrogado, a critério da Administração, nos termos do artigo 111 da Lei nº 14.133/2021.

**11.4.** À CONTRATADA será facultado pedir prorrogação do prazo somente quando ocorrer interrupção dos serviços determinados por um dos seguintes atos ou fatores:

a) falta de elementos técnicos para o andamento dos trabalhos, quando os fornecimentos deles couberem ao CONTRATANTE;

b) ordem escrita do titular do CONTRATANTE, para restringir ou paralisar os serviços no interesse da Administração;

c) por motivo de força maior, tal como definido na legislação brasileira, em especial no Código Civil.

d) quando não houver emissão de “ordem de serviço” concomitantemente com a assinatura deste contrato.

**11.5.** Ocorrendo a Ordem de Paralisação a CONTRATADA deverá aguardar a Ordem de Reinício para retomada dos serviços.

**11.6.** O requerimento da CONTRATADA para prorrogação deverá ser protocolado em até 10 (dez) dias, nos casos acima mencionados ou 48h (quarenta e oito horas), quando ocorrer o aludido na letra “c”, todos do item 11.4, do ato, fato ou evento alegado como causa do atraso.

**11.7.** Constatada a suspensão da execução dos serviços por motivo de força maior, o prazo estipulado no contrato deverá ser prorrogado pelo período razoavelmente necessário ao reinício e conclusão das mesmas.

**11.8.** Se os serviços forem paralisados por mais de 60 (sessenta) dias, por motivo de força maior, o CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato mediante comunicação por escrito à CONTRATADA.

**11.9.** As prorrogações autorizadas serão concedidas independentemente de alteração contratual, mas sempre procedidas através de termo aditivo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA TERCEIRIZAÇÃO**

**12.1.** O CONTRATANTE não se responsabilizará por contratos que a CONTRATADA venha a celebrar com terceiros, cujas obrigações serão de sua exclusiva responsabilidade.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS TRIBUTOS E SEGUROS**

**13.1.** É da inteira responsabilidade da CONTRATADA os ônus tributários, encargos sociais e trabalhistas decorrentes deste Contrato, inclusive a matrícula de serviços junto ao INSS.

**13.2.** A CONTRATADA é responsável pelo seguro de seu pessoal, das instalações de serviços e de todo o seu equipamento. É responsável também pelo seguro de responsabilidade civil incidente sobre seus bens e serviços.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

**14.1.** A publicação do presente Termo de Contrato é condição indispensável para sua eficácia e deverá ser providenciada pelo CONTRATANTE, nos termos do artigo 94 de Lei nº 14.133/2021.



Secretaria Municipal  
de Infraestrutura  
e Obras Públicas



## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REGISTRO

**15.1.** O contrato deverá ser registrado no CREA/CAU pela Contratada, de acordo com a determinação legal da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, c/c a Resolução nº 1025/2009, do CONFEA.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

**16.1.** Reger-se-á o presente Contrato, no que for omissos pelas disposições constantes na Lei nº 14.133/2021, Lei Federal nº 12.846/2013, Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73/2022, Instrução Normativa SEGES/ME Nº 91/2022, Decreto Federal nº 7.983/2013, Lei Municipal nº 2.675/2022 (FIDEP) e Decretos Municipais nº 2.400/2023, nº 2.460/2023 e nº 2.461/2023 e no processo nº 00000.0.068698/2024.

**16.2.** Fica expressamente vedada a vinculação deste Contrato em operação de qualquer natureza que a CONTRATADA tenha ou venha a assumir.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

**17.1.** Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da cidade de Palmas - TO, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja. E, por estarem acordo, assinam este contrato os Representantes das partes, na presença de duas testemunhas.

Palmas – TO, 15 de outubro de 2025.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO

Paulo Cezar Monteiro da Silva  
**CONTRATANTE**

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** RONALDO ALVES JAPIASSU FILHO  
Data: 15/10/2025 16:13:22-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

**CONSTRUTORA ALJA**  
Ronaldo Alves Japiassú Filho  
**CONTRATADA**

ASR-SE 105 (Antiga 1012 Sul), Marginal TO-050, CEP: 77023-654 – ao lado da Coca-Cola  
Telefone: (63) 3212-7400/7416 – Email: [gabineteseiop@gmail.com](mailto:gabineteseiop@gmail.com)

13

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: PAULO CEZAR MONTEIRO DA SILVA (ASSINATURA) EM 15/10/2025 16:46:45

LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Para verificar as assinaturas, acesse <https://ecodevasf.codevasf.gov.br?a=autenticidade> e informe o e-DOC 54FEA69B

129298CD